

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA
ATA DO ENCONTRO DE JULHO DE 2008

Nos dias 16, 17 e 18 de julho 2008, no Hotel Shalimar, em Porto Seguro, ocorreu o terceiro encontro de 2008 do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, com a seguinte pauta:

16/7, QUARTA-FEIRA – PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Manhã: Sistemas de trabalho com geoprocessamento

Apresentação dos dados, sistemas e formas de trabalho com GIS de cada organização/empresa.

Tarde: Integração de dados e sistemas de geoprocessamento

Proposta de integração das bases de dados na plataforma GeoMeso - debate

Planos de expansão dos plantios no sul e extremo sul da Bahia: Veracel, Aracruz e Suzano.

17/7, QUINTA-FEIRA

Manhã: Planejamento Territorial

Zoneamento Ecológico Econômico : Secretaria Estadual de Meio ambiente - SEMA

Planejamento territorial do extremo sul da Bahia – sugestões para o debate: Flora Brasil

Apresentação – breve introdução ao planejamento territorial: Secretaria Executiva do Fórum

Debate: contribuições do Fórum Florestal para o ZEE

Tarde: Impactos sócio-ambientais da atividade florestal

Balanco dos acordos de fomentos 2006/07: Aracruz; Suzano; Veracel

Sistemas de monitoramento de impactos ambientais das empresas: Suzano, Aracruz e Veracel

Produção ilegal de carvão e criminalidade

Debate: monitoramento independente de impactos sócio-ambientais

18/7, SEXTA-FEIRA

Manhã: novos procedimentos para averbação de reservas legais (RL)

Procedimentos da Bahia: GT Sul / SEMA

Gargalos na Bahia e exemplos de outros estados: GT Extremo Sul / Aracruz + Suzano

Novos procedimentos na Bahia: Instituto de Meio Ambiente da Bahia – IMA

Debate: atuação integrada: Fórum + Gts + Estado e novos procedimentos para averbação de RLs

Tarde: Plano de Trabalho

Projeto Artesão Legal – notícias e encaminhamentos

Oficina Modelo + Arboretos: convênios?

Oficina para consultores e assistentes técnicos de fomento – apresentação

Revisão do Plano de Trabalho da Secretaria Executiva / atividades do Fórum. relatório de trabalho;

atividades pendentes; orçamento; decisões e encaminhamentos

Encerramento dos trabalhos

Compareceram ao Encontro as seguintes pessoas, membros das seguintes organizações:

1	Edson Santiami	1. Instituto BioAtlântica - IBio
2	Chris Holvorcem	
3	Jeferson Pecin	
4	Beto Mesquita	
5	Oscar Artaza	2. Associação Flora Brasil
6	Osvaldina Cruz	
7	Cristiana Vieira	
8	Kleber Santos	
9	Celene Brito	3. Grin 9 Educação Ambiental
10	Gilson Galli	4. Grupo Ambiental Naturezabela
11	Paulo Dimas Menezes	5. Secretaria Executiva do Fórum
12	Jeferson Morgado	6. MDPS - Movimento de Defesa de Porto Seguro
13	Carlos Philip	7. Instituto Reciclar
14	Márcia Carvalho	
15	Sérgio Lotte	8. Veracel
16	Eliane Anjos	
17	Maria Eduarda	
18	Luiz Quaglia	
19	Bernardo Pires	
20	Humberto Justo Amoedo	
21	Marco Aurélio Santos	
22	William Pereira Rodrigues	
23	Luiz Araújo	9. Suzano Papel e Celulose
24	Adilécio Freitas	
25	Elvacy dos Santos	
26	Márcio Caliarí	
27	Mônica Ramos de Oliveira	
28	Luiz Vasconcelos	10. SEMA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia
29	Magno Monteiro	
30	Patrícia Souza	
31	José Francisco Júnior	
32	Plínio Castro	
33	Ruy Muricy	
34	José Augusto Saraiva	11. IMA - Instituto de Meio Ambiente do Estado da Bahia
35	Sérgio Andrade	12. GERMEN
36	Joel Melo Berbert	13. Instituto Cidade
37	Henrique Berbert	14. Instituto Floresta Viva
38	Jocival Domingos	15. Aracruz Celulose
39	Gustavo Spegiorin	
40	Luciano Lisbão	
41	Leonardo Bertola	
42	Efigênio Teixeira Lopes	
43	Antônio (Toni) Ormundo	
44	Fátima Ramalho	16. Associação Cidadania Transparência Terra Mãe - ACTTM
45	Rosa Penza	17. APPA - Associação Pradense de Proteção Ambiental
46	Carlos Alberto	18. Fundação Jupará
47	Carlos Alberto Bobbio	19. ASCBENC – Associação Comunitária Beneficente de Nova Caraíva
48	Vilton José Bráz (Federal)	20. CooPlantar – Cooperativa de Reflorestadores da M. Atlântica do Extr.Sul BA
49	Sueli Abad	21. ANAC – Associação dos Nativos de Caraíva
50	Paolo Botticelli	22. Associação Cultural Cabralia Arte Ecológica - ASCAE
		23. PAT Ecosmar

O encontro teve início na manhã de quarta-feira, 16/7, quando foram apresentados os sistemas de trabalho com geoprocessamento da Veracel, Aracruz, Suzano, Instituto Floresta Viva e Instituto BioAtlântica - IBio, além de apresentações de estudos sobre ordenamento territorial do extremo sul da Bahia pela Associação Flora Brasil.¹ As apresentações foram seguidas de debates técnicos sobre a integração da base de dados das diversas organizações, além de questões sobre princípios éticos para o uso das informações eventualmente disponibilizadas. Os debates sobre o tema prosseguiram na parte da tarde e foram feitas as seguintes **deliberações** além de definição dos **responsáveis** pelas mesmas, com respectivas **datas de apresentação**:

1. Os dados serão integrados na plataforma GeoMeso, administrada pelo **Instituto BioAtlântica**.
2. Foi formado um grupo de trabalho técnico composto pelos profissionais de geoprocessamento de cada instituição e empresa presentes. O grupo será composto inicialmente por: Edson, Joel, Oscar, Jocival, Luiz Araujo, Sergio Lotte, Eliane e Paulo. (**Edson** será o administrador). Esse grupo será complementado por outros participantes do Fórum, para formulação de um *código de conduta* em relação às informações disponibilizadas, que antecederá a eventual cessão de informações das organizações aos participantes do fórum. Para esse trabalho se integrarão ao grupo Eliane, Toni, Beto, Luciano, Carlos, e um representante a ser indicado pela Liga Ambiente (**Eliane** coordena este trabalho). O grupo ampliado deverá se organizar para apresentar proposta no *próximo encontro do Fórum, nos dias 11 e 12 de setembro*.
3. Como o GeoMeso não abrange o território do sul da Bahia, será proposta integração de trabalho e padronização de procedimentos, incluindo grupos que atuam com planejamento territorial no Sul da Bahia – IESB e UESC. (O Floresta Viva – **Joel** e **Henrique** - se responsabiliza pelos primeiros contatos com estas organizações para início de um processo de cooperação técnica, trazendo os resultados no *próximo encontro do Fórum, nos dias 11 e 12 de setembro*).
4. Foi sugerida também integração com o sistema do Governo do Estado, o GeoBahia, além do convite a técnicos do Estado para participação no grupo. Mesmo que não haja integração efetiva, o **IBio** disponibilizará todos os dados do GeoMeso para o GeoBahia, independente da contrapartida nos mesmos termos. (**não houve definição de data**)
5. As organizações locais deverão ser capacitadas, tanto para operação do sistema como para inserção de dados no mesmo. Foi colocado o desafio de se pensar até o próximo encontro em soluções para o processo de capacitação, com sugestão de participação da UESC e outras universidades nesse processo. (**não houve definição de responsável e data**)

O encontro teve prosseguimento com apresentações das 3 empresas de seus planos de expansão na região.² A Veracel apresentou o projeto Veracel II, no momento paralisado em virtude de questionamento judicial do licenciamento do empreendimento inicial (Veracel I). Após a apresentação da empresa houve debate entre os participantes, no qual se esclareceram algumas questões específicas:

1. O Plano de expansão da Veracel (incluindo compra de terras) está paralisado até definição do poder judiciário sobre o licenciamento questionado. A empresa não divulga localização de terras para expansão de plantios, para não desencadear processo especulativo de majoração de preços de terras rurais. Se houver expansão, as condicionantes do licenciamento inicial (distância do litoral, percentual de ocupação dos municípios, etc.) serão mantidas.
2. O zoneamento ecológico econômico da região é prioridade para a empresa, que se propõe a apoiar o Estado para maior agilidade na sua elaboração. A empresa não pretende competir com o Estado em questões sociais (a exemplo da saúde), mas se propõe a cooperar, em processos de complementaridade. A Veracel apresenta dificuldades de comunicação com a sociedade que pretende superar; a empresa demanda participação da sociedade na avaliação de seu relatório de sustentabilidade e sugere indicação de cinco organizações pelo Fórum.

1 Apresentações disponíveis em <http://groups.google.com/group/forumflorestaBA> As apresentações sobre as questões técnicas de geoprocessamento encontram-se disponíveis para os membros do grupo de trabalho: http://groups.google.com/group/gtgeoproforumfloresta_ba

2 As 3 apresentações estão disponíveis em <http://groups.google.com/group/forumflorestaBA>

Após a apresentação da Aracruz, foram esclarecidas novas questões surgidas no debate:

1. A empresa pretende manter a meta de 25% do mercado mundial de celulose de eucalipto. Não existe hoje plano de expansão no extremo sul da Bahia, apenas em Minas Gerais. As condicionantes do licenciamento são de conhecimento público e estão disponíveis no site do antigo CRA (hoje IMA), sendo também objeto de auditorias internas e externas para certificação.
2. Na experiência de expansão em Minas Gerais o preço das terras triplicou em 10 meses e a taxa de aproveitamento de propriedades rurais variam de 50 a 55% , sendo o restante da área reservada para conservação ou restauração florestal.
3. A Aracruz não atuará em municípios onde as florestas plantadas ultrapassam 40% do território. O representante da empresa afirmou que não há planos para redução de florestas nos municípios que ultrapassam esse percentual nem de recuo dos plantios em relação ao litoral.

Novos esclarecimentos e considerações se seguiram ao debate, após a apresentação da Suzano:

1. A proximidade dos plantios gera tensões sociais e perda de referências culturais (como no caso de comunidades quilombolas cercadas por plantios de eucaliptos), causadoras de roubos de madeira, incêndios florestais etc. Em relação ao afastamento de plantios de eucalipto de núcleos urbanos, onde seria desejável maior distanciamento (para diversificação do uso do solo e segurança alimentar), a Suzano declarou que aplica as diretrizes e condicionantes determinadas pelos órgãos estaduais de licenciamento.
2. Existe tendência de determinação de faixa de exclusão do litoral dos municípios costeiros, mas ainda não são incorporadas ao planejamento das empresas (a exceção da Veracel, devido aos condicionantes do licenciamento ambiental de suas atividades).

Após as apresentações e debates acima descritos não houve qualquer deliberação específica sobre o tema da pauta e os trabalhos do primeiro dia do Encontro foram encerrados. O Encontro teve prosseguimento na manhã do dia 17/8, com apresentações e debates sobre ordenamento territorial, com objetivo de servir de base para discussão do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Estado. Foram apresentadas contribuições da Diretoria de Política Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Estado, da associação Flora Brasil e da Secretaria Executiva do Fórum Florestal sobre a questão do planejamento do território do Sul e Extremo Sul da Bahia.³ Após as apresentações houve debates, levantamento de necessidades, esclarecimentos e **deliberações**:

1. O governo do Estado não tem proposta pronta para o ZEE, quer a contribuição da sociedade na sua elaboração através de soluções pactuadas entre os diversos setores sociais e econômicos; a nova concepção do ZEE deve ter “outra cara”, com atividades e zoneamento discutidos com a sociedade.
2. O Plano Estadual de Meio Ambiente não apresenta um plano gerencial para a questão do meio ambiente, o que dificulta sua leitura como instrumento normatizador; há necessidade de consenso para consolidação de um pacto social capaz de gerar diretrizes para o ZEE; o governo do Estado se propõe a buscar o entendimento, além da possibilidade de planejamento integrado e gestão ambiental compartilhada, em consonância com as diretrizes do Ministério do Meio Ambiente.
3. Foi sugerida utilização de metodologia participativa, com aproveitamento dos fóruns regionais existentes (Comitês Gestores de UCs, sub-comitês da RBMA, Fórum Florestal, Diálogo do Cacau etc.), com menor ênfase na produção de conhecimento (que seria papel das Universidades) e foco na consolidação de processos coletivos de transformação permanente.
4. Foi levantada necessidade de estabelecimento de percentuais máximos de ocupação das terras agrícolas dos municípios para qualquer monocultura, visando garantir a autonomia política dos mesmos; nesse sentido houve proposta preliminar de 50% das terras agrícolas disponíveis.
5. Há receio na sociedade que, após 15 anos de atraso, o ZEE venha a existir como instrumento de ratificação do fato consumado, o que não pode ser aceito; há impressão de que o trabalho de planejamento tenha voltado ao estágio inicial com a mudança de governo, com risco de maiores atrasos; o Fórum Florestal apresenta condições de debater o tema no nível técnico e político e pode contribuir com diretrizes a partir de agora, antes mesmo da iniciativa do Estado.

³ As apresentações estão disponíveis em <http://groups.google.com/group/forumflorestalBA>

6. Foi lançada, pelo “setor ambientalista” do Fórum, uma “proposta-desafio” às empresas: construir um pacto de ordenamento territorial da região como contribuição deste Fórum para o governo do Estado, com critérios claros e diretrizes de ocupação territorial.
7. As empresas aceitam o desafio, pois o ZEE efetivo é o que as empresas querem e necessitam; para que isto ocorra o mais rápido possível se dispõem a apoiar o Estado no que for necessário, pois gostariam que essa fosse uma iniciativa exemplar; a Secretaria Executiva do Fórum poderia servir de interlocutor com o Estado.
8. Foi sugerida uma pauta preliminar para efetivação desse pacto: zonas de exclusão, conectividade florestal, concentração fundiária, impactos na paisagem e autonomia dos municípios/percentual de ocupação de terras agrícolas. Houve sugestão de exclusão também das áreas da cabruca de cacau.
9. Sobre a questão da agricultura familiar, foi ponderado que as famílias devem viver com dignidade onde quer que estejam, e não verem suas atividades limitadas a um território determinado;
10. Foi lembrada a necessidade de inclusão da questão do patrimônio cultural no ZEE e sugerida a **inclusão de representante do IPHAN nessa discussão (Paulo, antes do próximo encontro)**, através de convite para participação no Fórum Florestal.
11. Foi manifestada preocupação sobre a incompatibilidade do “tempo político” com o “tempo de governança” do ZEE, com dificuldade de se imaginar o planejamento territorial como um único bloco, o que traz um desafio para os planejadores: como seria feito o “recorte”?
12. Foi sugerida efetivação do grupo de trabalho para elaboração de propostas de ordenamento territorial, incluindo o GT de Geoprocessamento, além de um dia específico para a questão do ZEE no próximo encontro do Fórum. **Paulo sugere a pauta, para os dias 11 e 12 de setembro.**

Após intervalo houve prosseguimento dos trabalhos com apresentação, pelas empresas, do balanço de resultados dos acordos de fomentos nos anos de 2006 e 2007, dos sistemas de monitoramento de impactos ambientais de cada empresa, além da questão da produção ilegal de carvão e sua vinculação com atividades criminais na região. ⁴ A seguir deu-se o debate sobre esses temas. Sobre os acordos de fomento foram apresentados os seguintes esclarecimentos, considerações e **deliberações**:

1. Sobre a diminuição de contratos de fomento verificada nas apresentações, com impactos na questão da concentração fundiária, foi esclarecido que não se trata de uma intenção das empresas, mas das dificuldades de finalização dos processos de licenciamento e da desistência de proprietários em face dessas dificuldades. Foram listadas algumas das dificuldades: falta de regras claras e estruturação de pessoas e processos para licenciamento municipal, falta de capacidade técnica de funcionários e conselheiros municipais, dificuldades relativas ampliadas para os pequenos produtores rurais, falta de confiabilidade de estudos técnicos para averbação de RLs, excessos na exigência de documentação e cobrança de taxas.
2. Sobre a última diretriz do acordo de fomento do Fórum, foi noticiada iniciativa de organizações ambientalistas para implementação de projetos de restauração de florestas nativas via comercialização de créditos de carbono, seguida da sugestão de inclusão de assentamentos de reforma agrária nesses processos.
3. Efetivação do grupo de monitoramento dos acordos do Fórum, já formado no Encontro passado (Cooplantar, Floresta Viva, ACTCB, MDPS, IBio e Flora Brasil), com definição de agenda de visitas a partir das listas de fomentados fornecidas pelas empresas. Em virtude do foco na conectividade e condição ambiental das APPs e RLs, além do interesse pelos processos de restauração florestal das empresas, a escolha das propriedades deve levar em conta a proximidade das propriedades rurais entre si e das áreas em processo de restauração. **(não houve definição de responsável e data)**
4. As empresas – **Veracel, Aracruz e Suzano** - fornecerão suas listas de fomentados **em uma semana, após o Encontro**. De posse da lista de fomentados, seriam feitas escolhas aleatórias e contatos com os proprietários assim definidos para agendamento das visitas de acompanhamento. **(não houve definição de responsável e data)**

⁴ As apresentações estão disponíveis em <http://groups.google.com/group/forumflorestalBA>

Sobre a questão da produção ilegal de carvão, vinculada ao roubo de madeira em florestas plantada e a condições degradantes de trabalho, incluindo trabalho infantil e formação de quadrilhas para o crime organizado, foram feitas as seguintes considerações e sugestões (**não houve deliberação sobre o tema**):

1. Juntar forças contra as “guzeiras” que consomem carvão de origem ilegal que, apesar de localizadas fora do Estado, causam impactos sociais e ambientais na Bahia. Tratar como “caso de polícia”, levando a questão à justiça com recursos das empresas ou pelo Ministério Público, e de forma vinculada à produção de carvão com espécies nativas, a ser levada ao CEPRAM e Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA)
2. Sugestão de ofertas de oportunidades de trabalho e renda para comunidades vizinhas aos plantios e atuação pelo mercado, com financiamento pelas empresas da oferta de carvão com madeira de eucalipto legalizado, tal como já ocorre em ações da SUZANO e ARACRUZ.
3. Sugestão de atuação pela mídia, com financiamento pelas empresas de campanhas de comunicação com foco na questão do carvão ilegal, incluindo inserções na novela da Globo patrocinada pelas empresas florestais.

Sobre a questão do monitoramento dos impactos socioambientais dos plantios florestais, foram feitas os seguintes esclarecimentos, considerações e sugestões:

1. Sobre riscos de contaminação da cadeia alimentar por produtos químicos utilizados nos plantios (derivados de sulfuramida, por exemplo) foi argumentado que os estudos de contaminação não registram efeitos de acumulação em solo e águas devido à volatilidade dos produtos utilizados.
2. Nos processos de monitoramento há auditoria externa nos procedimentos de coleta, amostragem e laboratoriais, com acompanhamento pelo SFC, DVQI, CRA e IBAMA. Os procedimentos e resultados estão disponíveis na Internet, podendo ser publicados futuramente no site do Fórum/Diálogo Florestal.
3. Necessidade de maior independência e confiabilidade dos dados, para o que poderia ser interessante parcerias com Universidades para verificação dos processos de monitoramento dos impactos ambientais e construção de processos permanentes de monitoramento de impactos sociais, hoje inexistentes. Não existem indicadores de conectividade florestal e há necessidade de formação de corredores no sentido norte-sul.
4. Devido à falta de indicadores para monitoramento dos impactos sociais da atividade florestal, foi sugerida a adoção de indicadores GRI, passíveis de geração de padrões de comparação com outros setores econômicos.
5. **As empresas apresentarão os indicadores de impactos sociais e trabalhos desenvolvidos nessa área. Veracel, Suzano e Aracruz, no próximo encontro, em 11 e 12 de setembro.**

O Encontro teve prosseguimento na manhã do dia 18/8, com apresentações e debates sobre processos de efetivação de Reservas Legais no Estado⁵, com início pela apresentação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA, do Instituto de Meio Ambiente do Estado da Bahia – IMA, do Grupo de Trabalho do Subcomitê da RBMA do Sul da Bahia e do Grupo de Trabalho do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, às quais se seguiram esclarecimentos, considerações e **deliberações**:

1. O IMA está em processo de estruturação e estuda alternativas para maior agilidade dos processos de licenciamento, tais como isenção de taxas e fiscalização por amostragem para propriedades menores, monitoramento remoto através de imagens de satélite. Traz a proposta de *gestão ambiental compartilhada*, através de processos de *descentralização e regionalização*, com participação dos municípios e organizações da sociedade nos processos de licenciamento no âmbito regional, além da abertura para sugestões de novos procedimentos.
2. Foi sugerida a participação permanente de representantes do Estado no Fórum quando os temas específicos concernentes ao poder público estadual, tais como licenciamento e RLs, ZEE e monitoramento de impactos socioambientais.

5 As apresentações (à exceção da apresentação do IMA) estão disponíveis em <http://groups.google.com/group/forumflorestalBA>

3. Sobre a comparação com processos de outros Estados, foi levantado o argumento de que a agilidade dos processos em Minas Gerais não caracteriza um enfoque “cartorial” da questão, mas efetiva desconcentração/regionalização e capacidade técnica instalada, com cerca de 3000 técnicos florestais em atuação nas regiões.
4. Foi levantada a pequena capacidade dos municípios baianos para processos de gestão ambiental, devido à ausência de corpo técnico capacitado, cobranças abusivas e indícios de corrupção nos licenciamentos municipais. Por outro lado foi salientada a capacidade técnica e o conhecimento dos proprietários rurais pelas organizações sociais com atuação na região, além da capacidade técnica e de financiamento das empresas.
5. Houve proposta de simplificação de processos, redução de taxas e da documentação excessiva para averbação de RLs, além da valorização da Responsabilidade Técnica dos autores nos processos de licenciamento, o que implica em consulta à assessoria jurídica do Estado.
6. Foi sugerida a união das capacidades e competências existentes no Estado, organizações sociais e empresas para implementação de um plano piloto no sul e extremo sul para processos de averbação e efetiva recuperação ambiental de RLs—um *mutirão* para efetivação das reservas legais na região, com atuação coletiva em rede, ou teia. Para tanto seria efetivado um convênio entre Governo do Estado e organizações da região, com apoio das empresas.
7. Foi sugerida moção para inclusão no orçamento do Estado de recursos para contratação e capacitação de técnicos para o IMA.
8. Foi consolidado o Grupo de Trabalho sobre RLs, integrando os representantes do GT do Subcomitê RBMA Sul e do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul: Gustavo, William, Henrique, Marco Aurélio, Pecin, Sérgio, Júnior, Mônica e Demóstenes. Houve sugestão para inclusão de representantes de produtores rurais, do Projeto Território e do NCRA. O GT se reunirá para elaboração coletiva de um documento com sugestões de mudança nos procedimentos atuais assinado por todas as organizações presentes e seu encaminhamento oficial ao Estado. Henrique e Mônica farão a “ponte” entre as organizações do sul e extremo sul com o Estado. **Sérgio** abrirá um grupo de mensagens no Google e coordenará o GT integrado, que se reunirá no dia **12/8**, em Porto Seguro.

Na parte da tarde foi apresentado o andamento do Projeto Artesão Legal, a atualização do Plano de Trabalho e do orçamento da Secretaria Executiva do Fórum, com os seguintes esclarecimentos e encaminhamentos:

1. Não houve cortes no orçamento no que se refere aos itens destacados para avaliação do Fórum; os itens em destaque (em verde) deverão ser avaliados “caso a caso”, de acordo com a demanda específica decidida pelo fórum e apresentada para aprovação pelas empresas.
2. **Oscar** se dispôs a liderar o processo de elaboração de convênios com a Universidade de Lavras e EMBRAPA Florestal, definidos nos Encontros anteriores do Fórum. **(não houve definição de data)**
3. O orçamento deverá prever ampliação de recursos para apoio aos diversos Grupos de Trabalho do Fórum. As modificações serão feitas pela **Paulo**, com aplicação **imediate**.

Os trabalhos se encerraram às 16:30 hs, com a confirmação da data do próximo Encontro para os dias 11 e 12 de setembro, em Porto Seguro, em local a ser determinado em função da previsão de número de participantes.